



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

EDUCAÇÃO ESPECIAL E EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Dionizia Valéria Clementino Santos Cardoso

Universidade Estadual da Paraíba > e-mail: valerias.pb@outlook.com

Patrícia Monteiro Leandro

Universidade Estadual da Paraíba > e-mail: patriciamonteiro-sb@hotmail.com

RESUMO: O objetivo do presente trabalho é compreender a relação entre a perspectiva teórica histórico-cultural e as escolhas de estratégias educacionais nas práticas pedagógicas da escola inclusiva. O artigo focaliza as controvérsias existentes na inclusão que há entre a educação especial com a educação regular, analisando também os paralelos presentes em relação a integração e a inclusão e quais os reais sentidos desses dois pontos na educação. Conclui-se que, apesar de todas as possibilidades existentes na educação inclusiva, os alunos com necessidades educacionais especiais, ainda tendem a ingressar em escolas ou classes especiais, que sejam adequadas as suas necessidades. A falta de recursos e de suporte pedagógico para que haja um desenvolvimento da educação inclusiva dentro das classes regulares, vem gerando uma grande incoerência entre a teoria e a prática, já que ambas se distanciam e possuem parâmetros muito diferentes entre si.

Palavras-chave: Educação especial, inclusão, integração.

ABSTRACT: The purpose of this study is to understand the relationship between the historical-cultural theoretical perspective and the choices of educational strategies in the pedagogical practices of inclusive school. The article focuses on the existing controversies in the inclusion between special education with regular education, analyzing also the Parallels present in relation to integration and inclusion and what the real meanings of these two points on education. It is concluded that, despite all the existing possibilities in inclusive education, students with special educational needs, still tend to join schools or special classes, which are appropriate to their needs. The lack of resources and pedagogical support for development of inclusive education within the regular classes, comes a great inconsistency between theory and practice, as both distance themselves and have many different parameters.

Keywords: Special education , inclusion, integration

INTRODUÇÃO

Considerando uma discussão relevante, as controvérsias entre educação especial e educação regular, assim como os paralelos que há entre a inclusão e a integração,



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

configuram-se como imprescindível no contexto educacional, visto que, diz respeito a educação pública que visa melhoria na qualidade de ensino nas instituições educativas de todos os níveis sociais. Segundo Libânio (2009, pág.251) “A educação brasileira, tal como estabelece a Constituição Federal de 1988, nos artigos 205 e 206, visa no desenvolvimento da pessoa, ao seu preparo para o exercício da cidadania e a sua qualificação para o trabalho”.

Este trabalho visa propor uma reflexão sobre a socialização e aprendizagem dos alunos com necessidades especiais na escola inclusiva, fazendo com que os professores reflitam sobre a importância de uma educação inclusiva para a emancipação dos alunos com necessidades especiais e também busca analisar os efeitos da inclusão em classes regulares da educação básica nos processos de socialização e de aprendizagem da pessoa com necessidades especiais.

A escola deve se comprometer com a cidadania e com a formação de uma sociedade democrática e não excludente, deve promover o convívio com a diversidade, pois o ser humano necessita dessa característica para viver em sociedade. Para isso, a escola inclusiva deverá ser uma meta buscada por todos os cidadãos comprometidos com o fortalecimento de uma sociedade democrática, justa e solidária.

Segundo Baptista (2003), a inclusão escolar seria a transformação da escola para receber o aluno, ou seja, a escola deve se adaptar as necessidades do aluno e não o contrário. O autor fala que esta transformação deve ser profunda e envolver toda a organização do ensino, desde o projeto pedagógico até a formação continuada de técnicos e professores que atuam nas escolas, deixando claro que esta transformação refere-se de fato a uma educação de qualidade.

Na perspectiva dos direitos humanos é evidente que todos devem ter as mesmas oportunidades de aprender e desenvolver suas capacidades para, assim, alcançar a independência social e econômica, bem como se integrar plenamente na vida comunitária. Por esta razão, as mesmas oportunidades oferecidas pela sociedade aos estudantes sem deficiência devem se estender aos estudantes com deficiência sensorial, física, mental, cerebral ou múltipla.



EDUCAÇÃO ESPECIAL

A educação especial é uma educação organizada para atender especifica e exclusivamente alunos com determinadas necessidades especiais. Algumas escolas dedicam-se apenas a um tipo de necessidade, enquanto outras se dedicam a vários. O ensino especial tem sido alvo de críticas por não promover o convívio entre as crianças especiais e as demais crianças. Por outro lado, a escola direcionada para a educação especial conta com materiais, equipamentos e professores especializados. O sistema regular de ensino precisa ser adaptado e pedagogicamente transformado para atender de forma inclusiva.

O termo "educação especial" denomina tanto uma área de conhecimento quanto um campo de atuação profissional. De um modo geral, a educação especial lida com aqueles fenômenos de ensino e aprendizagem que não têm sido ocupação do sistema de educação regular, porém têm entrado na pauta nas últimas duas décadas, devido ao movimento de educação inclusiva. Historicamente, a educação especial vem lidando com a educação e aperfeiçoamento de indivíduos que não se beneficiaram dos métodos e procedimentos usados pela educação regular. Dentro de tal conceituação, no Brasil, incluem-se em educação especial desde o ensino de pessoas com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, passando pelo ensino de jovens e adultos, alunos do campo, quilombolas e indígenas, até mesmo o ensino de competências profissionais.

A sociedade possui uma visão de homem e classifica os indivíduos de acordo com esta visão. Estamos acostumados a um padrão de normalidade e todos aqueles que fogem ao padrão de beleza, de inteligência, de capacidade, são considerados superiores (as pessoas com altas habilidades) ou inferiores (pessoas com deficiência física, auditiva, visual, múltiplas e os portadores de condutas típicas de síndromes). Tais categorias em que são classificadas as pessoas, muitas vezes, as levam a serem



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

excluídas e vistas como pessoas que não comungam dos mesmos anseios sociais, devendo ser segregados em ambientes à parte do convívio social.

A educação é um processo de socialização em que o indivíduo adquire e assimila vários tipos de conhecimentos. Trata-se de um processo de consciencialização cultural e comportamental, que se materializa numa série de habilidades e valores.

Quando as pessoas sofrem de algum tipo de incapacidade intelectual ou física, as suas necessidades podem não ser satisfeitas pelo sistema educativo tradicional. É neste caso que entra o conceito de educação especial, que, como o seu nome indica, apresenta características diferenciadas (isto é, especiais).

A educação especial faculta meios técnicos e humanos de modo a compensar as debilidades (deficiências) de que sofrem os alunos. Desta forma, os estudantes podem completar o processo de aprendizagem num ambiente e a um ritmo que vão ao encontro das suas capacidades.

A educação especial remonta ao século XVI, na época em que os surdos passaram a ter acesso a aulas diferenciadas. Com o passar do tempo, a educação especial foi-se institucionalizando e orientando-se a todo o tipo de capacidades diferentes. Aliás, existe a educação especial para as crianças superdotadas, cujas capacidades são mais avançadas relativamente às dos restantes alunos da sua idade.

Dito isto, o objetivo da educação especial consiste em proporcionar as ferramentas e os recursos educativos necessários para aqueles que têm necessidades diferentes da média. Desta maneira, as crianças que sofrem de algum tipo de necessidade especial têm acesso à formação e o direito de desabrocharem, de modo a puderem ser inseridas na vida adulta com maior facilidade. Procura-se, portanto ajudar as crianças a tornarem-se adultos independentes, podendo valer-se sozinhos graças à educação recebida.

Baptista (2003, p. 50) esclarece que este conceito de necessidades educacionais especiais, “ao alargar o conjunto de sujeitos, pode provocar uma ampliação linear do grupo de supostos ‘deficientes’ decorrência de uma mudança de termo que não é acompanhada de uma mudança de concepção”. Dessa forma, o autor fala sobre o risco



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

que seria a ampliação do grupo, pois qualquer um que tenha alguma necessidade educacional especial em algum momento da vida escolar se tornaria um aluno com necessidades educacionais especiais, sendo “digno”, portanto, de todos os “benefícios” que os alunos que realmente possuem tais necessidades precisam.

Figueiredo (2002) deixa claro que se faz necessária uma transformação na escola para efetivar a inclusão. É preciso abandonar modelos e práticas que discriminam qualquer aluno e anular a tentação de se apropriar de soluções paliativas. Prosseguindo, Figueiredo (2002, p. 68) afirma “que não se trata de adequar, mas de transformar a realidade das práticas educacionais em função de um valor universal que é o desenvolvimento do ser humano”.

Ferreira (2005, p. 72) argumenta que “o desenvolvimento de qualquer sujeito está articulado com sua constituição orgânica, mas é fundado, constituído na vida coletiva”. É, pois, na coletividade, nas relações sociais que se concretiza a aprendizagem. Dessa forma a escola pode ser concebida “como um espaço privilegiado de vivência compartilhada de atividades humanas” (2005, p. 73). Justificando assim a inclusão como meio para o pleno desenvolvimento do sujeito.

Alunos com necessidades educacionais especiais seriam, conforme a Resolução CNE/CEB N°2 de 11 de setembro de 2001 estabelece em seu artigo 5º, aqueles que apresentam durante o processo educacional:

- I - dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares [...]
- II - dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos, demandando a utilização de linguagens e códigos aplicáveis;
- III - altas habilidades/superdotação, grande facilidade de aprendizagem que os leve a dominar rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes. (BRASIL, 2001, p. 70)

Ao longo dos anos, o portador de deficiência era visto na sociedade como malfeitores ou pecados dos homens que teriam gerado crianças tão defeituosas, deste



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

modo os anos se passaram e com esta evolução, estes indivíduos aos poucos foram ganhando seu espaço na sociedade, mas também na educação de qualidade que devidamente merecem, cria-se a educação especial para tratar estas crianças com o devido respeito, para serem educadas com dignidade que todo indivíduo merece, visando isso, a política educacional decreta por lei este merecimento conforme o artigo 58 do decreto 9.394, de 20 de dezembro de 1996 se estabelece o seguinte:

“Entende-se por educação especial, para os efeitos desta lei, a modalidade educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotados .”(Redação dada pela lei n. 12.796, de 2013).

Esta educação é especialmente dita para pessoas que por vários tempos eram excluídas da sociedade, deste modo foram se evoluindo para que todos possam ser iguais com direitos iguais e tratados educadamente. Seria assim a educação especial uma escola adequada para estes indivíduos como diz bem numa declaração de Salamanca em 1994 em que se anunciava “que as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras.[...]”.

Para que seja dada a estes indivíduos uma educação de qualidade, deve ter uma estrutura equipada de porte desenvolvido para arcar com as necessidades dos alunos assim também o profissional , José Carlos Libâneo acrescenta na sua obra a seguinte citação :

“É notória a deficiente condição de grande parte das escolas públicas até mesmo para as crianças ditas normais, bem como o desprezo que os professores, de modo geral, tem demonstrado no entendimento de quaisquer dificuldades que os alunos apresentem. Fechar os olhos a essas condições e querer seguir ao pé da letra a declaração de Salamanca implica descaso com a real situação das escolas, dos alunos e de professores. Ademais, significa também querer atingir objetivos que, previamente, já se sabe serem muito difíceis de



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

cumprir, a não ser pelo voluntarismo de abnegados professores.”
(Libâneo, 2009 p. 266)

Aos poucos a educação vai evoluindo mais, para firmar todos em um meio social, com base numa educação de qualidade, fará deste modo um crescimento para todo o âmbito escolar adaptando os indivíduos a viver com igualdade.

AS CONTROVÉRSIAS ENTRE A EDUCAÇÃO ESPECIAL E A EDUCAÇÃO REGULAR

Atualmente o que temos ouvido durante esses tempos é a frase “escola para todos” promovendo uma nova visão da escola para os alunos e principalmente para a sociedade. Envolvendo novas praticas pedagógicas, que dão a oportunidade para as crianças terem o direito a educação especial, adaptadas as suas necessidades pessoais.

Na perspectiva de “escola para todos” a integração da educação especial na educação regular, requer a utilização de recursos menos restritivos possíveis e uma máxima adequação as suas necessidades educativas, dando assim total responsabilidade a escola para esta sempre a procura de novas soluções e adequações para essa pessoas, privilegiando assim o aluno com necessidades educativas especiais.

Quando se coloca em pauta o modelo de escola para todos, acarreta consigo grandes mudanças, entre elas as estruturas e atitudes que serão modificadas e tomadas nesse âmbito escolar, como também a abertura a comunidade, possibilitando a todos uma visão geral dessa educação, cabendo ao professor reconhecer que cada criança é diferente uma da outra, tendo suas próprias necessidades, que fara com que o mesmo procure inovações e diferentes meios de se trabalhar com elas, proporcionando assim um ótimo aprendizado e um bom resultado para todos. Nesse sentido, Freire (1996, p. 64) coloca que "a consciência do mundo e a consciência de si como ser inacabado necessariamente inscrevem o ser consciente de sua inconclusão num permanente movimento de busca".



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Sendo evidente que todos devem ter as mesmas oportunidades de aprender e desenvolver suas capacidades para, assim, alcançar a independência social e econômica, bem como se integrar plenamente na vida comunitária. Por estas e outras razões, as mesmas oportunidades que são oferecidas pela sociedade aos estudantes sem deficiência na escola regular devem se estender também aos estudantes com deficiência, sejam elas sensoriais, físicas ou mentais, facilitando assim o acesso de todos na escola, e possibilitando aos mesmos vivenciar uma educação integrada com os demais estudantes, privilegiando a todos com uma boa educação. Segundo Stainback (1999, pág.25):

O ensino inclusivo proporciona às pessoas com deficiência a oportunidade de adquirir habilidades para o trabalho e para a vida em comunidade. Os alunos com deficiência aprendem como atuar e interagir com seus pares no mundo real. (...) Igualmente importante, seus pares e também professores aprendem como agir e interagir com ele.

Diante desses fatos que rodeiam no meio educacional, ainda não podemos dizer que a integração é uma prática generalizada, já que o cenário da educação brasileira, encontra-se precário, quando levamos em conta uma educação de qualidade a ser oferecida a essas pessoas com necessidades educativas especiais, deixando assim uma vaga referência para esse tipo de educação.

PARALELOS EXISTENTES ENTRE A INCLUSAÓ E A INTEGRAÇÃO

A escola é um dos meios mais fundamentais de socialização ao homem, pois possibilita sua convivência com as diversidades existentes no meio. Sabemos que até o início do século 21, o sistema educacional brasileiro abrigava dois tipos de serviços educacionais: a escola regular e a escola especial, ou o aluno frequentava uma ou a outra. Na última década, nosso sistema escolar modificou-se com a proposta inclusiva e um único tipo de escola foi adotado: a regular, ou seja, pegou esses alunos com necessidades especiais e incluíram na escola regular, que acolhe todos os alunos, que



tem por dever apresentar meios e recursos adequados para oferecer apoio àqueles que encontram barreiras para a aprendizagem. Segundo Mantoan:

O que é integração, para ser entendida, tem uma metáfora que diz:

[...] integração escolar, cuja metáfora é o sistema de cascata, é uma forma condicional de inserção em que vai depender do aluno, ou seja, do nível de sua capacidade de adaptação às opções do sistema escolar, a sua integração, seja em uma sala regular, uma classe especial, ou mesmo em instituições especializadas. Trata-se de uma alternativa em que tudo se mantém, nada se questiona do esquema em vigor". (MANTOAN, 1997, p. 8)

Na realidade a criança continua segregada na turma especial, se socializando em alguns momentos com outros alunos. Ou seja, a forma de inserção vai depender do aluno, e do seu nível de capacidade e adaptação as opções que são oferecidas pelo sistema, nas escolas regulares, e consequentemente aqueles que não obtiverem os resultados desejáveis pelo sistema educacional, serão transferidos para uma escola especial, portanto, a integração nessa perspectiva não será para todos, continuara privilegiando uns e excluindo de certa forma outros.

A integração passou a ser vista como um recurso para igualar o igual ao desigual, sendo assim ela não pode ser direcionada apenas 'para pessoas com necessidades especiais, ela deve ser vista com um meio de socialização para todos, integrando o ser humano na sociedade, o que de fato não vem acontecendo, essas igualdades de direito só são expressadas nos discurso políticos e logo em seguida esquecidos.

Escola inclusiva "Escola inclusiva é, aquela que garante a qualidade de ensino educacional a cada um de seus alunos, reconhecendo e respeitando a diversidade e respondendo a cada um de acordo com suas potencialidades e necessidades" é educar todas as crianças em um mesmo contexto escolar, onde as diferenças não serão mais vistas como um problema e sim como diversidade.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Na verdade, a escola que inclui é aquela que além de oferecer o acesso das crianças portadoras de necessidades especiais e de outras pessoas que de alguma forma sofrem algum preconceito, é também aquela que garante a permanência e o sucesso dos alunos. Salamanca defende a ideia de que “todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de suas dificuldades e diferenças”. (BRASIL/UNESCO, 1994, p. 23.), trabalhar com essa diversidade ao mesmo tempo exigirá muito da escola e principalmente do professor, que vem sendo um desafio constante para os professores, e para se obter os sucessos previstos se torna necessário a participação e a integração de toda sociedade, família, diretores, como também objetivos claros e acessíveis a todos, e um projeto político pedagógico que condiz com o meio, caso contrário o que se aprendeu na escola ficará só na escola.

Buscar por esse tipo de ensino exige riscos e aceitações, que em alguns momentos irão gerar conflitos entre os participantes desse processo, já que cada criança tem seus talentos, habilidades, e capacidades próprias, que exigirá do profissional trabalhá-las e desenvolvê-las de forma minuciosamente. Diante de algumas discursões e de tudo que já foi visto em relação à inclusão, percebe-se que não é tarefa fácil construir e colocar em prática uma escola inclusiva. Muitas unidades escolares apenas integram os alunos com deficiência, mas isso não é ser uma escola inclusiva. A inclusão requer muito mais. A verdadeira inclusão só ocorre quando se consegue remover todas as barreiras existentes: preconceitos, pré-conceitos, medo, comodismo.

A várias maneiras de se pensar e ver esses dois tipos de educação, a integração afirma em seu discurso que somos todos iguais, defendendo a igualdade, já a inclusão afirma que todos nós somos diferentes e que por isso devemos permanecer juntos para aprender uns com os outros, onde nos tornamos seres igualados ao outro pelas diferenças. Por esses e outros sérios entraves, os caminhos educacionais estão se abrindo, à custa de muito esforço e da perseverança de alguns, diante da resistência de muitos. Contudo, é inegável que estamos no tempo das diferenças e que a globalização tem sido mais do que uniformizadora, pluralizante, contestando as antigas identidades essencializadas. Temos o direito de ser, sendo diferentes, e como nos afirma Pierucci



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

(1999), se já reconhecemos que somos diferentes de fato, a novidade está em quisermos ser também diferentes de direito.

Esse conjunto de ideias e ações por um lado privilegiam as escolas regulares onde estão cada vez mais abrangendo um grande número de alunos, e por outro lado prejudicam as crianças com necessidades especiais quando as escolas não oferecem ou não possuem estrutura para receber esse tipo de ensino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constata-se que para que aconteça a Educação Inclusiva é necessário que aconteça mudança na postura e nas atitudes de todos, para que o aluno com necessidades especiais, tenha acesso e permaneça na escola, e que o mesmo possa se socializar com os demais, quebrando esses paradigmas existentes no meio educacional. A criança precisa sim ser inserida em uma sala comum, podendo assim interagir com os demais e aprender as diversidades existentes que há ao seu redor, já que a diversidade enriquece uma sala de aula pelo simples motivo de se aprender com o diferente.

Desse modo entende-se como o processo de inclusão é amplo, e que a sociedade juntamente com a escola precisa trabalhar mais a respeito desse ponto e saber distinguir a real diferença entre inclusão e integração, com transformações pequenas e grandes, tanto em ambientes físicos como na sociedade, entretanto, para que ocorra a inclusão nas escolas regulares é imprescindível a preparação do ambiente em todos os sentidos, de modo que esse aluno não se sinta discriminado e venha aprender e desenvolver com dignidade como todo cidadão, conforme prevê a legislação educacional e Constituição Federal. Sendo assim a educação está a mudar e a moldar a todo momento com os avanços que a sociedade produz, fazendo a inclusão e respeitando os direitos humanos.

Assim, foi com base nesse estudo que nos focamos e tivemos oportunidade de conhecer mais com ênfase de detalhes o processo educativo, e através destes, fazer uma reflexão sobre a educação, no sentido de aprimoramento e crescimento em relação aos



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

segmentos populacionais considerados. Segmentos esses, que ajudam na integração e inclusão dos alunos portadores de necessidades especiais, melhorando a qualidade de vida dos brasileiros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL/UNESCO/MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA DA ESPANHA. (1994) **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Espanha, Brasília: CORDE.

BAPTISTA, Cláudio Roberto. Sobre as diferenças e desvantagens: fala-se de qual educação especial? In. : MARASCHIN, C; FREITAS, L.B.L; CARVALHO, D.C. **Psicologia da educação: multiversos sentidos, olhares e experiências**. Porto alegre: Ed. da UFRGS, 2003.

FERREIRA, Maria Cecília Carareto. Resignificando as práticas pedagógicas da escola comum na perspectiva da educação inclusiva. In: **Anais do IX Seminário capixaba de educação inclusiva –Resignificando conceitos e práticas: a contribuição da produção científica**. Vitória: UFES, 2005.

FIGUEIREDO, Rita Vieira. Políticas de inclusão: escola gestão da aprendizagem na diversidade. In: **Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996

LIBÂNEO, Jose Carlos. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização/ José Carlos Libâneo, João Ferreira de oliveira, Mirza Seabra Toschi -8, ed. – são Paulo : Cortez, 2009. – (Coleção Docência em formação / coordenação Antônio Joaquim Severino, Selma Garrido Pimenta)**

MANTOAN, M. T. E. (1997) **A Inclusão Escolar de Deficientes Mentais: contribuições para o Debate**. In. Revista Integração, Brasília, ano 7, n. 19, p.

STAINBACK, Suzana. et. al., **Inclusão: Um guia para educadores**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO